redefinição das práticas em consonância às novas perspectivas teórico-metodológicas apresentadas, a avaliação qualitativa continua sendo uma prática classificatória. Vemos, na escola, as provas únicas com questões objetivas serem substituídas por testes ou provas distribuídas ao longo de um período letivo trazendo questões mais abertas, que solicitam opiniões e reflexões dos estudantes, que propõem o estabelecimento de questões mais amplas. As questões pretendem estimular uma maior participação do sujeito que aprende na elaboração de respostas e captar o processo de aprendizagem; os exames passam a ser complementados pela observação da professora sobre o movimento dos alunos e alunas que aprendem. (p. 27).

Portanto é evidenciado que a orientação do processo de avaliação qualitativo propõem uma reflexão epistemológica sobre a práxis da avaliação educacional, embora a prática pedagógica tenha uma linearidade pelo modelo positivista, percebe-se que há uma fio condutor que denuncia sua insuficiência para sanar às demandas cotidianas. Portanto, o estudo do contexto escolar aponta o esgotamento do modelo teórico-epistemológico que orienta a avaliação e enfatiza o conceito apresentado por Barriga (1982), onde é preponderante uma divisão com o paradigma epistemológico que estrutura o processo avaliativo, com o intuito de conceber uma teoria de avaliação que posso sobrepujar os limites da teoria da medida e implemente práticas pedagógicas resignificadas.

Tendo como parâmetro esse contexto referente às concepções que perpassam a avaliação educacional, concluí-se que o processo avaliativo está intimamente relacionado às alterações que sofreram em decorrência da evolução nas concepções de educação que orientam as práticas pedagógicas a partir da estruturação efetiva da escola como espaço de educação formal. Com essa prerrogativa, o processo educacional, estruturado sob o perfil do pensamento liberal e do paradigma positivista, orientou uma prática de avaliação significativamente classificatória. Em função deste contexto, considera-se que a implementação de políticas educativas, associadas a uma atuação pedagógica sensível a todas as impressões de vivência em âmbito educacional que desenham o rizoma escolar, proporcionará novos rumos à práxis da avaliação de forma plausível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan M. Avaliar para conhecer: examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AZZI, Sandra. Avaliação e progressão continuada. In: AZZI, S. (coord). Avaliação do desempenho e progressão continuada: projeto de capacitação de dirigentes. Belo Horizonte: SMED, out. 2001.

BARRIGA, A. Tesis para la elaboración de una teoría de la evaluación y sus derivaciones en la docencia: perfiles educativos. México: Centro de Investigaciones y Servicios Educativos de la UNAM, 15 mar. 1982.

BLOOM, B. S.; HASTINGS, J. T.; MADAUS, G. F. Evaluación del aprendizagen. Argentina: Troquel, 1975, Tomo 1.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Avaliação e processo de ensinoaprendizagem. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 1997.

CUNHA, Maria Isabel da. O Professor universitário: na transição de paradigmas. Araraquara, SP: JM, 1998.

DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. Avaliação escolar. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 11, n. 64, jul./ago. 2005.

DEMO, Pedro. Teoria e prática da avaliação qualitativa. Temas do 2º Congresso Internacional sobre Avaliação na Educação. Curitiba, Paraná, 2004. p. 156-166.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas e reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, Maria Tereza. Pedagogia de Projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.;

LUDICIDADE: JOGOS E BRINCADEIRAS EM FUNÇÃO DE AUTONOMIA E IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ALESSANDRA CAVALHEIRO GAIA

RESUMO

O presente trabalho fala sobre o lúdico na Educação Infantil e isso requer buscar novos caminhos e possibilidades para tornar o trabalho mais prazeroso, vivenciar e observar as brincadeiras das crianças para fazer um trabalho a partir das experiências vivenciadas na construção da identidade infantil. A identidade envolve a capacidade de personalidade da criança e sua função social, por isso quando aplicada de forma educativa, precisa envolver o lado prazeroso e educativo ao mesmo tempo, de forma planejada. A criança na sociedade vai caminhando na conquista de direitos e o poder de usufruir seus direitos, dependendo da moderação dos adultos, fa-

mília, escola, para atingir os objetivos de uma boa educação em busca de uma transformação social.
PALAVRAS-CHAVE: Autonomia; Identidade; Jogos e Brincadeiras; Ludicidade.

INTRODUÇÃO

A ludicidade é muito mais que brincadeiras na infância, é uma importante ferramenta educativa que deve ser planejada para aprendizagens de acordo com cada necessidade, assim, a construção de autonomia e identidade pode ser desenvolvida pelas práticas lúdicas.
Deste modo, a justificativa do trabalho é que a ludicidade há muitos anos vem sendo discutida para aprendizagem e ainda pode ser visto dentro dos espaços escolares como algo recreativo, sem o aproveitamento de um campo específico de aprendizagem. A identidade e autonomia deve ser o primordial a ser trabalhado na infância, se tratando de suas ações futuras em contato com o mundo.
Assim, como o professor deve aproveitar a ludicidade na Educação Infantil em decorrência da construção da autonomia e identidade?
O objetivo do trabalho e verificar conceitos da autonomia e identidade na infância e analisar formas de trabalhar autonomia e identidade pela ludicidade.

DESENVOLVIMENTO

AUTONOMIA E IDENTIDADE NA INFÂNCIA

A autonomia e identidade é umas das funções do desenvolvimento infantil, onde a criança reconheça a si e aos outros. Segundo Brasil (1998) a criança passa a conhecer suas características e potencialidades, reconhecendo seus limites, criando confiança em si e se sentem aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas com segurança para a formação pessoal e social.
O desenvolvimento infantil está ligado a muitas conquistas que a criança vai adquirindo desde o nascimento em contato com o mundo, na formação sociocultural, constituindo o papel social da criança.

O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com os processos de socialização. Nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si próprias (BRASIL, 1998, p. 11).

Deste modo, a ludicidade através de jogos e brincadeiras tem um importante papel, além de auxiliar no desenvolvimento infantil, ela atribui a criança a sensibilidade prazerosa com atividades que já faz parte da infância, unindo a aprendizagem com a diversão pela relação com o meio. “A construção da identidade e da autonomia diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida.” (BRASIL, 1998, p. 13).
A identidade envolve a capacidade de personalidade da criança e sua função social. De acordo com Brasil (1998) a identidade é um conceito do qual faz parte a ideia de distinção, de uma marca de diferença entre as pessoas, a começar pelo nome, seguido de todas as características físicas, de modos de agir e de pensar e da história pessoal, criando uma construção gradativa por meio de interações sociais estabelecidas pela criança, nas quais ela, alternadamente, imita e se funde com o outro para diferenciar-se dele em seguida, muitas vezes utilizando-se da oposição, ou seja, criando sua própria personalidade.
A criança desde a infância estabelece a relação social com a família, a instituição escolar e os campos sociais frequentados pela família, segundo Brasil

(1998, p. 13) a criança participa, também, de outros universos sociais, como festas populares de sua cidade ou bairro, igreja, feira ou clube, ou seja, pode ter as mais diversas vivências, das quais resultam um repertório de valores, crenças e conhecimentos. Desta forma, a autonomia da criança está ligado a independência, fazer atividades para seu desenvolvimento motor, afetivo, social, cognitivo de modo a agir sozinhas, como falar, andar, se vestir, comer, ter equilíbrio emocional, ter boa relação social, e para atingir este fim, a criança tem a mediação dos adultos. Brasil (1998) considera autonomia:

A autonomia, definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, é, nessa faixa etária, mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas (BRASIL, 1998, p. 11).

Ao passo que, a criança na sociedade vai caminhando na conquista de direitos e o poder de usufruir seus direitos, dependendo da moderação dos adultos, família, escola, para atingir os objetivos de uma boa educação em busca de uma transformação social.
Raupp (2011) relata que um ser social para atingir a autonomia, ser crítico e transformador do meio que

se faz parte, é necessário sentir-se parte do contexto em que está inserido e para atingir esse objetivo, a responsabilidade do educador é compreender as necessidades dos educandos, interagir de acordo com sua faixa etária, fazendo-lhe sentir-se parte importante e transformadora do ambiente em que está inserido.

Por isso é essencial trabalhar o lúdico na Educação Infantil e isso requer buscar novos caminhos e possibilidades para tornar o trabalho mais prazeroso, vivenciar e observar as brincadeiras das crianças para fazer um trabalho a partir das experiências vivenciadas. (ROSA et al, 2018, p. 2).

Tavares (2010) coloca que o desenvolvimento psicossocial envolve a integração do desenvolvimento psicológico com a formação de relações sociais e ambos os processos necessitam ocorrer de uma forma paralela. A autora considera que é nos primeiros anos de vida que a criança necessita de vários cuidados e apoio de modo a prepara-lhes quer social e psicologicamente para socializar-se e integrar

na sociedade controlar o comportamento e conquistar a confiança em si e em relação aos outros.
Deste modo vê-se que o desenvolvimento da criança não pode ser realizado unicamente pelo grupo familiar, pela escola, pelo grupo social, pela comunidade ou pela cultura individualmente, mais sim sendo ela um processo está constantemente influenciada por um conjunto de fatores (TAVARES, 2010, p. 10).

Diante disso, Tavares (2010) considera que a escola e a família juntos são responsáveis pela formação do indivíduo, não agindo nenhuma de forma isolada, contribuindo com a personalidade da criança pela socialização, ou seja, seu desenvolvimento psicossocial.
Silva (2014) considera que é por meio dos jogos e brincadeiras que a professora pode ensinar e auxiliar na estruturação e no conhecimento da criança acerca da realidade e da cultura, pois, além da criança estar no mundo, ela está em si mesma, e precisa se tornar consciente sobre a sua ação no meio social, assim, ela percebe, compreende o papel do outro, aprende a comportar-se e a sentir-se como eles.
A maneira como cada um vê a si próprio depende também do modo como é visto pelos outros. O modo como os traços particulares de cada criança são recebidos pelo professor, e pelo grupo em que se insere tem um grande impacto na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção. (BRASIL, 1998, p.13).

Deste modo, Brasil (1998) considera que a autonomia é definida como a capacidade de se conduzir e tomar decisões por si próprio, levando em conta regras, valores, sua perspectiva pessoal, bem como a perspectiva do outro, sendo mais do que um objetivo a ser alcançado com as crianças, um princípio das ações educativas, ou seja, deve-se conceber uma educação em direção à autonomia, que significa considerar as crianças como seres com vontade própria, capazes e competentes para construir conhecimentos, e, dentro de suas possibilidades, interferir no meio em que vivem, exercitando o autogoverno em questões situadas no plano das ações concretas, poderão gradualmente fazê-lo no plano das ideias e dos valores.
Silva (2014) considera que a infância deve ser aceita na sua condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois é um sujeito participante das relações sociais, que faz parte de um processo

histórico, social, cultural e psicológico, permitindo que suas representações sejam registradas significa a possibilidade da criança escrever sua própria história, que até então foi só produzida por adultos, como uma história sobre a criança.
Menezes (2019) considera que o lúdico é fundamental no planejamento das atividades para a educação infantil, adquirindo e transmitindo conhecimento, sendo necessário que o professor descubra e trabalhe o lúdico na história do educando, resgatando momentos lúdicos vividos por ele em sua trajetória de vida.
Durante muitos anos os jogos e as brincadeiras do universo infantil foram considerados apenas como um passa tempo ou até mesmo algo sem importância, uma vez que não era levado em consideração que brincar é um recurso de fundamental valor em que as crianças usam para lidar com o mundo da fantasia em que vivem, pois quando está jogando, esta separa muito bem o mundo real do jogo, mesmo com a capacidade de apoiar os objetos e circunstância de sua imaginação em objetos reais e tangíveis do mundo real. (MENZES, 2019, p. 14).

Desta forma, para se atingir objetivos de aprendizagem com a criança, deve-se atribuir a ludicidade de forma planejada com aprendizagens específicas, por isso a real necessidade do professor conhecer as necessidades de aprendizagens de cada aluno de forma individual, mas aplicação de jogos e brincadeiras de formas coletivas, necessitando da me-

diação dos adultos, com observação e intervenção durante as atividades.
A criança em contato com os pares, desenvolve capacidades sociais e afetivas, que podem servir para o decorrer de toda sua vida diante da personalidade que vai construindo pela autonomia e identidade. Logo, a sociedade precisa cada vez mais de pessoas que busquem o pensamento crítico diante das problemáticas sociais em busca de transformação em favorecimento social, pela igualdade.

A LUDICIDADE PARA AUTONOMIA E IDENTIDADE

A ludicidade, segundo Carmo et al (2017) não se delimita apenas aos jogos, as brincadeiras e aos brinquedos, ela está relacionada a toda atividade livre e prazerosa, podendo ser realizada em grupo ou individual, sendo um momento privilegiado, que oferece às crianças a possibilidade de experimentarem situações novas, compartilharem experiências, bem como as preparam para superar novos desafios.
Brasil (1998) coloca que o desenvolvimento da capacidade de se relacionar depende, entre outras coisas, de oportunidades de interação com crianças da mesma idade ou de idades diferentes em situações diversas, cabendo ao professor promover atividades individuais ou em grupo, respeitando as diferenças e estimulando a troca entre as crianças.
É por meio das brincadeiras que as crianças expressam seus sentimentos, aprendem que existem regras a serem respeitadas, se colocam no lugar do outro e expõem as relações do seu cotidiano. As brincadeiras permitem que o (a) professor (a) trabalhe com o concreto ou abstrato, permite diversas maneiras e formas das crianças realizarem determinada atividade proposta, prevalecendo um aprendizado significativo e divertido (CARMO et al, 2017, p. 12901).

Modesto e Rubio (2014) considera que o aspecto lúdico torna-se importante instrumento na mediação do processo de aprendizagem, principalmente das crianças, pois elas vivem num universo de encantamento, fantasia e sonhos onde o faz de conta e realidade se mistura, favorecendo o uso do pensamento, a concentração, o desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando o processo de construção do pensamento, nos quais muitos profissionais da educação comprometidos com a qualidade de sua pratica pedagógica, reconhecem a importância do lúdico como veículo para o desenvolvimento social, intelectual e emocional de seus alunos. Brincar é uma atividade que facilita o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico, estimula o desenvolvimento intelectual, possibilita as aprendizagens.
Rosa et al (2018) considera que o papel do professor é ser o mediador da aprendizagem, cabendo a ele desenvolver as técnicas e métodos que melhor se aplicam no contexto educacional, no qual o brincar é uma forma de a criança conceber a aprendizagem possibilitando a assimilação do saber existente e proporcionando o desenvolvimento de e aprimoramento de novos conhecimentos.

Bastiani e Silva (2018) relata que o ser humano, em todas as fases de sua vida, está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas pelo contato com seus semelhantes e pelo domínio sobre o meio em que vive, assim o ser humano nasce para aprender, para descobrir e apropriar-se dos conhecimentos, desde os mais simples até os mais complexos, e é isso que lhe garante a sobrevivência e a integração na sociedade como ser participativo, crítico e criativo. A esse ato de busca, de troca, de interação, de apropriação e que damos o nome de educação. Esta não existe por si só; é uma ação conjunta entre as pessoas que cooperam, comunicam-se e comunga do mesmo saber.
A criança constrói e reconstrói sua compreensão de mundo por meio do brincar; amadurecem algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e experimentação de regras e papéis sociais presentes nas brincadeiras. (MODESTO; RUBIO, 2014, p. 2).

Assim, as autoras colocam que por meio do lúdico há o desenvolvimento das competências de aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer; desenvolvendo o companheirismo, aprendendo a aceitar as perdas, testar hipóteses, explorar sua espontaneidade criativa, possibilitando o exercício de concentração, atenção e socialização, considerando o jogo essencial para que seja manifestada a criatividade e a criança utilize suas potencialidades de maneira integral, indo de encontro ao seu próprio eu.
É brincando que a criança constrói sua identidade, conquista sua autonomia, aprende a enfrentar medos e descobre suas limitações, expressa seus sentimentos e melhora seu convívio com os demais, aprende entender e agir no mundo em que vive com situações do brincar relacionadas ao seu cotidiano, compreende e aprende a respeitar regras, limites e os papéis de cada um na vida real; há a possibilidade de imaginar, criar, agir e interagir, auxiliando no entendimento da realidade (MODESTO; RUBIO, 2014, p. 3).

A ludicidade, deste modo, permite a criança através do faz-de-conta, aprender a interagir na realidade, pois através dos seus anseios, frustrações, prazeres, entre outros sentimentos, a criança melhora sua sociabilização e convivência com seus pares.
O lúdico para o professor se torna uma ferramenta, mas para os alunos deve ser algo prazeroso, senão deixa de ser lúdico. Bastiani e Silva (2018) coloca que o lúdico não está ligado apenas a ação de jogo, mas sim está envolvido com as demais atividades, que liberam ao ser humano momentos de prazer, bem estar, liberdade de

ação e movimento, o lúdico está ligado com as práticas voltada a curiosidade de aprender do educando, de descobrir novos ambientes, de construção de conhecimento, de uma forma prazerosa e não forçada, ou por obrigação.
No faz-de-conta, as crianças aprendem a agir em função da imagem de uma pessoa, de uma personagem, de um objeto e de situações que não estão imediatamente presentes e perceptíveis para elas no momento e que evocam emoções, sentimentos e significados vivenciados em outras circunstâncias. Brincar funciona como um cenário no qual as crianças tornam-se capazes não só de imitar a vida como também de transformá-la (BRASIL, 1998, p. 22).

Rosa et al (2018) coloca que é imprescindível, que o professor tenha o cuidado de transformar momentos tão ricos em prazer que raramente é encontrado numa aula tradicional, pois as práticas pedagógicas devem ter como eixos norteadores a interação e as brincadeiras para garantir experiências enriquecedoras para a criança. Carmo et al (2017) coloca que as brincadeiras na Educação Infantil são atividades lúdicas bastante utilizadas pelos professores nas salas de aula, elas representam muito mais do que um “faz de conta”, é um momento privilegiado, que oferece as crianças a possibilidade de experimentarem situações novas, compartilharem experiências, bem como as preparam para superar novos desafios.

O lúdico é uma necessidade humana e não deve ser encarada como uma diversão qualquer. É preciso que o educador perceba o lúdico como um importante meio de trabalho, reconhecendo sua real importância e o valor das atividades lúdicas no processo educativo. O lúdico deve se fazer presente em todos os momentos do processo pedagógico, porque torna o aprendizado mais prazeroso, utilizando vários jogos e brincadeiras na sala de aula. O lúdico em sala de aula pode e deve ser trabalhado em todas as atividades, pois é uma maneira de aprender/ensinar que desperta prazer e assim a aprendizagem se realiza. A prática da ludicidade no processo pedagógico dos anos iniciais pode se caracterizar elemento gerador de mudança de concepção (BASTIANI; SILVA, 2018, p. 10).

Bastiani e Silva (2018) relata que a ludicidade proporciona ao educando o seu desenvolvimento pessoal, associados aos fatores sociais e culturais, colaboram para uma boa saúde física e mental, facilitando o processo de socialização, comunicação, construção de conhecimento, desenvolvimento pleno do processo de ensino e aprendizagem.
O brincar precisa fazer parte prática pedagógica do docente, pois quando usada a brincadeira em sala de aula, torna-se mais rico o dia a dia escolar e possibilita o aprendizado dos alunos de forma lúdica e prazerosa (ROSA et al, 2018, p. 8).

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASIL, 1998, p. 22).

Assim, Miranda e Teixeira (2015) considera que que é necessária a utilização do ato de brincar e dos jogos durante a fase inicial do ensino-aprendizagem, são atividades primárias, que trazem benefícios não somente físicos, mas também intelectual e social, pois brincando, a criança desenvolve a identidade e a autonomia, e o professor passa conhecer melhor a sua personalidade.
Deste modo, Miranda e Teixeira (2015) coloca que as instituições de educação infantil devem oferecer ao educando um ensino que priorize a aprendizagem, é necessário que haja um planejamento e uma prática pedagógica dinâmica e provocadora, no sentido de instigar os alunos a aprender de maneira significativa e prazerosa.
Logo, conforme Miranda e Teixeira (2015) as atividades lúdicas contribuem para essa prática pedagógica, pois ela compreende que a infância é a idade das brincadeiras, é dessa forma a que criança satisfaz suas necessidades, seus interesses particulares, é também dessa maneira que ela expressa a forma como encara sua realidade e o mundo ao